

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E A POBREZA NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO NO PERÍODO DE 1980-1991

Marilza Aparecida Biolchi¹
Marco Antonio Montoya²

SINOPSE

O artigo tem como objetivo avaliar a distribuição de renda e a pobreza no município de Passo Fundo (RS) no período de 1980 a 1991. Para isso, utilizaram-se medidas de desigualdade, tais como a curva de Lorenz, o índice de Gini, a discrepância máxima, a redundância, a variância dos logaritmos e o índice de Theil, bem como medidas de pobreza, tais como a proporção de pobres, a insuficiência de renda e o índice de pobreza de Sen. Verificou-se que a distribuição de renda e pobreza no período de análises piorou no município. Isso, comparado com os índices de desigualdade e pobreza que apresentam a Região da Produção (RS), o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, permite concluir que o município de Passo Fundo inseriu-se no processo de empobrecimento e concentração de renda que apresenta o Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de existirem muitos estudos sobre o assunto, não há uma definição ou conceito específico sobre o que vem a ser *pobreza*, que pode ter origem em vários fatores, como condições habitacionais inadequadas, desnutrição, incidência de doenças provocadas por deficiências na alimentação e condições de higiene, altas taxas de mortalidade infantil, falta de acesso a serviços de saneamento básico, entre muitos outros. É por isso que se costuma utilizar a renda das pessoas ou famílias como forma de mensuração desses níveis.

No Brasil, a concentração de renda é uma das principais causas do aumento da pobreza,³ intensificada principalmente após o processo de industrialização por que

¹ Economista pela Universidade de Passo Fundo, RS.

² Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de Passo Fundo (UPF), RS. Pesquisador do Centro Regional de Economia e Administração da UPF e professor dos Programas de Pós-Graduação em História da UPF e de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: montoya@upf.tche.br.

³ Consideram-se como *pobres* todas as pessoas cuja renda individual é inferior à *linha de pobreza*, que é um valor preestabelecido, vinculado ao custo de atendimento das necessidades básicas do indivíduo. No Brasil, o procedimento adotado é o de fixar nacionalmente um patamar de renda – o salário mínimo.

Teor. Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 7	n. 13	p. 99-120	nov. 1999
-------------------	-------------	------	-------	-----------	-----------

passou o país a partir da década de 1930, com a substituição de importações⁴, quando ocorreu a diversificação da economia, que até então era essencialmente agrária. Esse processo de industrialização rompeu com as relações tradicionais de troca da época, quando se exportavam produtos primários e se importavam produtos manufaturados. Com a substituição de importações, os investimentos públicos canalizaram-se para os grandes centros, o que levou a uma forte concentração da riqueza e renda em alguns estados, culminando com o aumento da pobreza e desigualdade social.

Além disso, as diferentes políticas nacionais adotadas no plano econômico nesse período objetivaram, fundamentalmente, a inovação tecnológica, o crescimento econômico, e não uma distribuição igualitária da renda (desenvolvimento econômico e social). Tais políticas discriminaram fortemente o setor agrícola, que apresentou um aumento contínuo no processo de concentração de rendimentos pessoais nas últimas três décadas.

O Rio Grande do Sul, a Região da Produção⁵ e o município de Passo Fundo inseriram-se no contexto nacional no que diz respeito à transformação por que passou a economia em seus setores produtivos (Tabela 1).

Tabela 1 – Composição relativa da renda interna do Rio Grande do Sul (RS), Região da Produção (RP) e município de Passo Fundo (PF). Período 1939-1985, em percentuais

Anos	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	RS	RP	PF	RS	RP	PF	RS	RP	PF
1939	34,50	52,29	35,16	14,80	10,62	17,97	50,70	37,09	46,88
1949	37,80	49,78	34,24	18,40	12,69	20,08	43,80	37,53	45,68
1959	28,00	39,18	28,00	19,60	14,23	19,16	52,40	46,59	52,84
1970	20,00	37,31	18,77	21,00	9,78	14,58	58,10	52,91	66,65
1975	18,50	33,47	14,27	25,50	9,49	15,29	56,00	57,04	70,43
1980	16,30	7,93	10,23	26,60	17,83	31,01	57,10	54,24	58,76
1985	13,20	-	23,61	29,00	-	32,28	57,80	-	44,11

Fonte: Montoya, 1993, p. 10, 12 e 45.

⁴ O processo de substituição de importações consistia em produzir no país o que até então era importado do exterior com o objetivo de fortalecer a indústria nacional e criar um Estado forte. Desenvolveu-se em três fases: produção de bens de consumo não duráveis, produção de bens de consumo duráveis, produção de bens de capital e insumos básicos. Esse processo durou cerca de cinquenta anos, esgotando-se na década de 1980, considerada como “década perdida” para a economia brasileira.

⁵ A Região da Produção está composta atualmente pelos seguintes municípios: Água Santa, Carazinho, Casca, Chapada, Ciríaco, Constantina, David Canabarro, Ipiranga do Sul, Marau, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Ronda Alta, Rondinha, Sarandi, Sertão, Soledade.

Nota-se que, desde finais da década de 1930, houve uma perda da participação do setor agrícola para os setores de indústria e serviços, fato que pode ser explicado pela política de industrialização da economia brasileira. Como Passo Fundo pertence a uma região agrícola, de cujo sucesso os demais setores dependem, essas políticas afetaram a economia do município, sobretudo em virtude do corte do crédito rural e dos subsídios na década de 1980.

Nesse contexto, o estudo tem por finalidade avaliar a distribuição de renda e a pobreza no município de Passo Fundo no período de 1980-1991, bem como estabelecer um quadro comparativo da realidade do município com a Região da Produção, Rio Grande do Sul e Brasil.

2 METODOLOGIA

A seguir, para analisar a distribuição de renda e pobreza no município de Passo Fundo são apresentadas medidas de desigualdade e pobreza que serão utilizadas.

2.1 Medidas de Desigualdade

Existem várias medidas do grau de desigualdade. As medidas serão apresentadas neste trabalho são normalmente utilizadas na análise da distribuição de renda, mas podem também servir para medir o grau de desigualdade de qualquer distribuição estatística. Não há um índice de desigualdade que possa ser considerado perfeito ou ideal, nem melhor que os outros, pois

... diferentes indivíduos podem obter ordenações bastante diferentes de distribuições alternativas, em termos de desigualdade, dependendo de seus próprios critérios e noções de desigualdade. Isto porque existem uma variedade de índices de desigualdade para avaliar uma determinada distribuição, cada um deles assumindo uma certa noção de bem-estar social (Corrêa, 1995, p. 32)

Nesse contexto, as medidas de desigualdade utilizadas neste estudo são:

- a) *curva de Lorenz*: permite mostrar como a proporção acumulada da renda (F) varia em função da proporção acumulada da população (p);
- b) *índice de Gini*, quando se dispõe apenas de dados por estratos de renda (G): associado à curva de Lorenz, o índice de Gini mede o grau de concentração da renda, sendo que $0 \leq G \leq 1$, ou seja, quanto mais próximo de zero estiver o valor do índice, mais a renda está sendo igualmente distribuída; ao contrário, com o índice aproximando-se de 1, está havendo concentração da renda, ou seja, a renda não está sendo distribuída de uma maneira uniforme;

- c) *discrepância máxima* (D): é outra medida que também está associada à curva de Lorenz; mostra o valor máximo da diferença entre a proporção acumulada da renda (F) e a proporção acumulada da população (p). A discrepância máxima determina qual é o ponto de maior concentração de renda de uma determinada população;
- d) *redundância*: corresponde à fração da renda total que caberia a cada indivíduo no caso de uma perfeita igualdade da distribuição da renda;
- e) *variância dos logaritmos* (V): associada ao índice de Gini, é frequentemente utilizada como medida de concentração da distribuição da renda em uma população;
- f) *índice de Theil* (T): é uma função crescente da fração da população que não recebe renda. Conhecendo-se o valor da redundância, pode-se determinar a fração T da população que ficaria sem renda se a renda total fosse igualmente distribuída entre os indivíduos restantes, mantendo-se constante o valor da redundância. Esse fração T denomina-se *índice de Theil*.

2.2 Medidas de Pobreza

Como existem várias maneiras de se medir a pobreza, bem como várias variáveis, optou-se, neste estudo, por analisá-la com base na renda das famílias. Contudo, Hoffmann (1998) deixa claro que a mensuração da pobreza com base exclusivamente na renda das pessoas apresenta defeitos bastante sérios: como o de ser a renda uma medida bastante imperfeita das condições de vida de uma pessoa e não haver um critério claro para estabelecer a linha de pobreza.

Nesse contexto, as medidas de pobreza utilizadas foram:

- a) *proporção de pobres* (H): é um indicador da incidência ou extensão da pobreza na população, no qual $0 \leq H \leq 1$, sendo considerados pobres os indivíduos com renda menor ou igual à linha de pobreza (z). Essa medida é, entretanto, insensível à variação na intensidade da pobreza uma vez que o valor de H é afetado se a renda dos pobres for reduzida;
- b) *insuficiência de renda* (I): mostra em quanto deveria crescer a renda de um pobre para atingir a linha de pobreza. É a razão entre a insuficiência de renda e o montante de renda que deveria ser recebido pelos indivíduos pobres para que a sua insuficiência de renda fosse eliminada. Então, $0 \leq I \leq 1$, sendo que $I = 1$ é uma situação extrema em que todos os pobres possuem renda igual a zero;

c) *índice de pobreza de SEN*: $0 \leq HI \leq 1$. Segundo Hoffmann (1998), o valor de HI é afetado tanto pela extensão da pobreza (número de pobres) como pela intensidade da pobreza. Entretanto, o valor de HI não é afetado por uma distribuição de renda entre os pobres. Se um montante da renda é transferido de um pobre para outro, sem que aquele que recebe a renda adicional deixe de ser pobre, tanto o número de pobres como a insuficiência de renda não são alterados e, portanto, o valor de HI permanece o mesmo.

2.3 Modelo operacional

Para a obtenção dos índices de desigualdade e pobreza, utilizaram-se como base para os cálculos os dados do IX Recenseamento Geral de 1980 e o Censo Demográfico de 1991 do Rio Grande do Sul e do Brasil, relativos ao rendimento médio mensal das famílias, em salário mínimo. O período de análise limitou-se aos anos de 1980 e 1991, pois somente nos censos desses anos é que consta a pesquisa em nível de famílias e domicílios, dividida em mesorregiões, microrregiões e municípios.

Dessa forma, tornou-se possível obter os dados referentes ao rendimento médio mensal das famílias nos municípios da Região da Produção constantes no censo de 1980, o qual incluía municípios que posteriormente se emanciparam: Camargo, Ernestina, Ibirapuitã, Nova Alvorada, São Domingos do Sul, Vanini e Vila Maria⁶. Por isso, os dados referentes à quantidade de famílias desses municípios no ano de 1991 foram somados aos de origem, para que pudessem ficar compatíveis com a estrutura apresentada no Censo de 1980.

Com relação aos estratos de renda, seguiu-se também a estrutura apresentada em 1980 pelo fato de o ano de 1991 ter apresentado um maior número de estratos, o que tornaria os dados incompatíveis para efeito de cálculos. A distribuição dos estratos ficou assim apresentada:

- 1º estrato: até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo;
- 2º estrato: mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo;
- 3º estrato: mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo;
- 4º estrato: mais de 1 a 2 salários mínimos;
- 5º estrato: mais de 2 a 5 salários mínimos;
- 6º estrato: mais de 5 a 10 salários mínimos;

⁶ Foram considerados apenas os municípios pertencentes ao Condepro (Conselho de Desenvolvimento da Região da Produção) criados até o ano de 1988. Ver MORETTO e MATTOS.

- 7º estrato: mais e 10 a 20 salários mínimos;
- 8º estrato: mais de 20 salários mínimos.

Como, em 1991, o Censo apresenta os rendimentos por domicílios, considerou-se que em cada um deles reside uma família. Como não estavam disponíveis no Censo de 1980 os dados relativos à renda recebida pelas famílias, adotou-se o mesmo método de cálculo para os dois períodos analisados, ou seja, utilizou-se o intervalo inferior⁷ dos estratos, com base no valor do salário mínimo vigente na data dos censos - Cr\$ 4.149,60 para 1980 e Cr\$ 36.161,60 para 1991.

O fato de se ter utilizado o intervalo inferior para os cálculos da renda é justificado pelos estudos de Rossi (1982), o qual assinala que, quando se dispõe de um número pequeno de estratos, é comum considerar-se que todas as pessoas recebem a renda do ponto médio da classe. Tal procedimento poderia subestimar o cálculo dos índices, pois não se estaria considerando a desigualdade existente dentro de cada classe.

Como os dados de renda são normalmente enviesados para a direita, se substituirmos então as rendas individuais pelo ponto médio da classe de renda significa que atribuímos ainda mais renda aos ricos, causando, pois, um efeito positivo no valor do índice calculado. Parece óbvio, pois, que nessas circunstâncias quanto maior se fizer o intervalo de classe da renda, (isto é, quanto menor o número de classes adotadas, maior será a margem de erro resultante) (Rossi, 1982, p. 26).

Segundo o autor, há ocasiões em que a determinação precisa do índice de concentração é de importância fundamental para a avaliação de uma questão econômica. Nessas circunstâncias, o procedimento que faz uso do ponto médio da classe, mesmo ignorando as desigualdades dentro da classe, poderá conduzir a conclusões errôneas.

Como não há um critério definido para estimar a linha de pobreza, utilizou-se o valor da cesta básica calculada pelo Centro Regional de Economia e Administração da Universidade de Passo Fundo para o município de Passo Fundo no mês de outubro de 1998, que foi de R\$ 187,92.

O resultado dos índices possibilitou estabelecer um quadro comparativo entre a realidade do município de Passo Fundo e a Região da Produção, o Rio Grande do Sul e o Brasil no que diz respeito à concentração de renda e pobreza.

⁷ Optou-se pelo intervalo inferior, que dá uma margem de erro menor, pelo fato de o número de estratos analisados ser pequeno. Os testes foram feitos para os intervalos inferior, médio e superior.

3 O PROCESSO DE DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL

3.1 As desigualdades entre os estados brasileiros

Vários trabalhos foram publicados sobre a convergência de rendas *per capita* nos estados brasileiros, mostrando que ocorreu uma nítida redução da desigualdade interestadual quando se compara 1970 com 1980.

Para Hoffmann (1997), entre 1970 e 1980, houve redução da desigualdade interestadual no Brasil. No entanto, o crescimento da desigualdade na distribuição da renda entre pessoas economicamente ativas dentro dos estados nessa década mais que compensou a diminuição da desigualdade interestadual.

Gomes (1994), ao comparar as décadas de 1950 a 1990, observou que as desigualdades econômicas reduziram-se entre os estados, fato explicado pela rápida expansão da economia do Centro-Oeste, pela transferência da capital do país para Brasília e pela abertura da fronteira agrícola naquela região. Os estados do Norte (principalmente Amazonas e Pará) apresentaram uma aceleração de seu crescimento em razão dos incentivos fiscais, que, aliados ao grande volume de investimentos públicos, colaboraram para que esses estados crescessem acima da média nacional, especialmente entre 1960 e 1986. O fato é que, de 1986 até 1994, a perda de controle sobre a inflação e a crise fiscal do Estado brasileiro prejudicaram o desempenho das regiões e dos estados de menor desenvolvimento.

Outros estudos apontam a ocorrência de um processo de convergência entre as rendas *per capita* dos estados brasileiros entre 1970 e 1985. Conforme revela Ferreira (1996), tal processo decorreu de um conjunto de fatores relacionados com a ação da política econômica e com a lógica econômica da competição e da localização, destacando-se o desenvolvimento e a ampliação direta do Estado em termos de investimentos e concessão de subsídios e incentivos fiscais, os movimentos migratórios e as alterações na distribuição regional da população.

A crise econômica, que atingiu com maior intensidade os estados mais industrializados e de maior renda *per capita*, tendeu a desestimular os movimentos de população em direção àqueles, contribuindo para o processo de convergência. Os índices de desigualdade de 1986 a 1992 refletem a influência dos fatores conjunturais, não se constituindo, necessariamente, em tendências de longo prazo, as quais são determinadas, fundamentalmente, pela distribuição do capital e da população, que sofreu mudanças pouco expressivas no contexto da crise econômica que caracterizou o período.

3.2 O processo de desigualdade e pobreza na agricultura brasileira nas décadas de 1960 a 1990

O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra apresenta como eixo central a adoção de estratégias de crescimento de forte tendência urbano-industrial. Segundo Corrêa (1995), tais estratégias discriminaram a agricultura, pois as políticas adotadas objetivaram principalmente o aumento de rendimento e riqueza; por consequência, ampliaram-se as inequidades e agravaram-se as questões estruturais, como a disparidade da distribuição setorial da renda.

A orientação da política agrícola desde 1950, com o fim de expandir e modernizar a agricultura, foi a preferência por incentivos de mercado em detrimento de fatores estruturais, como educação, estrutura da posse de terra, estabelecimento de um sistema efetivo de tributação fundiária e nas relações de trabalho no meio rural.

O setor rural brasileiro apresentou um aumento contínuo no processo de concentração dos rendimentos pessoais nas últimas três décadas: na de 1960, esse aumento caracteriza-se por ter sido menos pronunciado do que o ocorrido nos setores urbanos; na de 1970, o setor agrícola apresentou um grande aumento na desigualdade de renda e dos rendimentos médios reais, superior aos setores urbanos; na de 1980, alternaram-se períodos de recessão e de retomada do crescimento econômico.

Em seu trabalho sobre o comportamento da desigualdade e distribuição de rendimentos pessoais e evolução da pobreza no setor agrícola, Corrêa (1995) concluiu que, no período de 1981 a 1990, a desigualdade aumentou, o rendimento médio real diminuiu e a pobreza absoluta⁸ foi ampliada. Destaca, ainda, que a desigualdade na distribuição de rendimentos é maior na área urbana do que na rural. Constatou-se que o nível médio de rendimentos no mercado de trabalho do meio rural e urbano, em 1990, que, em todos os décimos da população⁹ ocupada das zonas rurais, o nível médio de renda chega a ser menos da metade do décimo correspondente da população ocupada urbana. Evidenciou-se que a situação da distribuição e desigualdade de rendimentos pessoais, bem como da pobreza absoluta no setor rural brasileiro é grande. Entretanto, o crescimento do setor agrícola, na maior parte da década de 1980, deu-se de forma relativamente favorável pelo fato de a economia como um todo ter crescido muito pouco.

⁸ *Pobreza absoluta*: expressa uma opinião coletiva derivada da convicção de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana. O conceito de pobreza absoluta propõe-se quando são fixados padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidade e computa-se a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível – *linha de pobreza* (Romão, 1982).

⁹ *Décimos da população*: representa o número de grupos em que foi dividida a população para fazer uma comparação da evolução da distribuição de renda em um determinado período (Barros, Mendonça, 1993).

3.3 A desigualdade e a pobreza no Brasil nas últimas três décadas

A alta percentagem de pobres na população brasileira é um fato preocupante e, mesmo que o país apresente crescimento econômico, existe a dificuldade de erradicação da pobreza.

De acordo com Barros e Mendonça (1993), o Brasil, desde 1960, cresceu a uma taxa média anual de 3,5% (poucas economias apresentaram crescimento superior a 3%), contudo tal crescimento não foi distribuído igualmente, tampouco beneficiou todos os segmentos da sociedade. Para se ter uma idéia, o índice de Gini, que era de 0,50 em 1960, elevou-se para 0,62 em 1990. Os autores fazem uma relação entre distribuição de renda e bem-estar, utilizando dois critérios: dominância de primeira e segunda ordem.

A dominância de primeira ordem pode ser caracterizada da seguinte forma: uma distribuição de renda A domina uma distribuição de renda B pelo critério de dominância de primeira ordem quando todos os valores de A são maiores do que os de B. Nesse caso, a renda média de toda a distribuição de A é maior do que a de B. A relevância do critério de dominância de primeira ordem ao estudo da relação entre distribuição de renda e bem-estar advém do fato de que a distribuição A domina a distribuição B e, se o bem-estar social é maior em A do que em B, qualquer que seja a função de bem-estar da sociedade, desde que satisfaça os critérios do anonimato¹⁰ e da ausência de inveja¹¹.

Existe uma associação direta entre o critério de dominância de primeira ordem e a redução da pobreza: a distribuição A domina a distribuição B pelo critério de dominância de primeira ordem e, se a proporção de população abaixo da *linha de pobreza* for menor em A do que em B, pelo critério de dominância de primeira ordem, para qualquer *linha de pobreza* que se deseje adotar, diversos índices de pobreza, incluindo a insuficiência de renda, serão menores quando calculados para a distribuição A do que quando calculados para a distribuição B.

O critério de dominância de segunda ordem define-se da seguinte forma: a distribuição A domina a distribuição B pelo critério de segunda ordem quando a renda média do percentual dos mais pobres for maior para a distribuição A do que para a B. Se A domina B, a renda média dos n primeiros décimos da distribuição A deve ser maior ou igual às correspondentes médias da distribuição B. A dominância de segunda ordem está diretamente relacionada à desigualdade e à pobreza.

¹⁰ *Anonimato* significa que o bem-estar social depende da distribuição de renda entre as pessoas.

¹¹ *Ausência de inveja* significa que o aumento da renda de qualquer pessoa, mantida constante a renda das demais, não leva a pioras ao nível de bem-estar, mesmo que a pessoa cuja renda aumentou seja a mais rica na sociedade e, portanto, que a renda relativa de todas as outras na sociedade tenha se reduzido.

Dada a magnitude do crescimento econômico no Brasil nas últimas três décadas, é concebível que a distribuição de renda tenha passado por um processo de melhora segundo o critério de dominância de primeira ordem, ou seja, é concebível que todos os grupos que mantiveram constante sua posição relativa no período tenham se beneficiado do processo de desenvolvimento, ou seja, não houve perdedores.

Tabela 2 – Renda média de cada décimo da distribuição da população economicamente ativa com renda positiva (deflator = IGP-DI)

Décimo	1960	1970	1980	1990
Primeiro	689	936	1 646	841
Segundo	1 366	1 654	2 832	1 866
Terceiro	2 013	2 421	4 115	2 288
Quarto	2 737	3 074	4 980	3 143
Quinto	3 621	4 051	6 152	4 202
Sexto	4 509	4 978	7 784	5 666
Sétimo	5 540	5 818	10 002	7 606
Oitavo	6 387	8 028	13 783	10 682
Nono	8 648	12 224	21 428	16 839
Décimo	23 348	37 496	66 809	50 407

Fonte: Barros e Mendonça, 1993, p. 36.

Comparando-se 1960 com 1990, obtém-se que todos os décimos da distribuição beneficiaram-se do crescimento econômico, o qual, no entanto, não atingiu a todos igualmente. Do primeiro ao sétimo de cada décimo da distribuição, os ganhos foram muito parecidos; do sétimo em diante, o crescimento foi tanto maior quanto maior foi o nível de renda; os 10% mais ricos foram os que mais ganharam. Além de esse crescimento não ter beneficiado igualmente todos os grupos, não foi contínuo ao longo das décadas. A taxa de crescimento da renda média variou de 2,2% a 7% na década de 1970 e foi de 1,5% na década de 1980.

Na década de 1960, os ganhos foram quase inexistentes no quarto, quinto e sexto décimos. O crescimento econômico beneficiou desproporcionalmente os 10% mais ricos, cuja renda média apresentou um crescimento de quase 4%. Numa posição intermediária, ficaram os 10% mais pobres, cujo crescimento na renda média foi de 2,1%. Nessa década, nem todos os décimos ganharam, o que significa que não houve dominância de primeira ordem, sendo o crescimento claramente mal distribuído, o que gerou um aumento no grau da desigualdade.

Na década de 1970, o crescimento econômico foi muito mais elevado e mais bem distribuído. Nela, todos os décimos ganharam, havendo dominância de primeira or-

dem; os 10% mais pobres apresentaram uma taxa de crescimento, em média, de 7,2% ao ano, maior que a taxa de crescimento dos 10% mais ricos da década anterior.

Durante a década de 1980, a acentuada redução na taxa de crescimento total teve um impacto distributivo, podendo-se perceber um decréscimo no nível de renda de todos os grupos. A renda média dos 10% mais pobres decresceu a uma taxa de 5,1% ao ano, sendo duas vezes maior do que a da maioria dos outros grupos. Ao longo dessas três décadas, todos os grupos ganharam; no entanto, os 10% mais pobres foram os que mais perderam e os 10% mais ricos os que mais ganharam, esses cuja renda mais cresceu nos últimos trinta anos.

Ao longo da década de 1980, os 50% mais pobres da população brasileira tiveram sua cota de renda reduzida: de 13% para 12% entre 1981 e 1985 e para 11% em 1990. Contrariamente, o 1% mais rico da população teve aumento em sua participação de 13% em 1981 para 14% em 1985 e 14,5% em 1990. Nesse período, no entanto, várias políticas sociais foram adotadas, como o famoso “tudo pelo social”. Para Teixeira (1993), as políticas sociais apoiadas em subsídios diretos aos estados mais pobres, principalmente os do Nordeste, não obtiveram o resultado esperado. Essa década não foi favorável às crianças e adolescentes: em 1990, a proporção de crianças e adolescentes vivendo em situação de pobreza no Nordeste (80%) era quase o dobro da encontrada no Sudeste (44%).

Tabela 3 – Os pobres na população brasileira

Período	% de pobres na população total	Nº de pobres (milhões)
1960	50	36,1
1980	21	25,4

Fonte: *Conjuntura Econômica*, abril/93, p. 46.

Embora entre 1960 e 1980 muitas pessoas e até universidades estrangeiras tenham denunciado um empobrecimento da população brasileira, as estatísticas revelam o contrário. Segundo o relatório sobre o desenvolvimento social do Banco Mundial, em 1990, o percentual de pobres na população brasileira caiu 29% entre 1960 e 1980.

Barros e Mendonça (1993) afirmam que, mesmo havendo melhoria no bem-estar nas últimas três décadas, os ganhos foram tão desproporcionais na distribuição que acabaram aumentando o grau de desigualdade. Contudo, o aumento na desigualdade não foi grande o suficiente para compensar os ganhos no crescimento econômico e fazer com que os grupos mais pobres em termos absolutos se empobrecessem mais

ainda, ou seja, tornaram-se mais pobres em termos relativos; em termos absolutos, a renda cresceu.

Mesmo tendo aumentado a desigualdade no período de 1960 a 1990, o crescimento da renda média foi grande, o que possibilitou melhorias nos níveis de renda em todos os grupos econômicos. Em consequência disso, o bem-estar cresceu e a pobreza diminuiu. Caso o grau de desigualdade não tivesse aumentado, os ganhos de bem-estar e as reduções na pobreza durante o período teriam sido muito maiores do que foram. O aumento na desigualdade atenuou a redução na pobreza e as melhoras no bem-estar que poderiam ser obtidas por um rápido processo de crescimento econômico, mas, de alguma forma, foi grande o suficiente para conduzir a um aumento na extensão da pobreza ou a uma redução no nível de bem-estar social.

4 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

O município de Passo Fundo, localizado no Planalto Médio do estado, sofreu várias modificações em sua estrutura econômica produtiva desde a década de 1940, resultantes das políticas de desenvolvimento implantadas no Brasil e no Rio Grande do Sul. Tais mudanças foram verificadas nos três setores produtivos do município, agricultura, indústria e serviços, percebendo-se uma diminuição na participação da agricultura e incremento no setor industrial e serviços, este último o que mais gerou renda para o município no período de 1939 a 1990.¹²

Analisando a evolução da população no período de 1940-1991, nota-se que a maioria pertence à área urbana. Comparando-se esses dados com os da Tabela 1, percebe-se que, no período de 1939-1990, quando a indústria e serviços ganhavam representatividade na renda interna relativa do município em função da agropecuária, a população também sofria, em 1991, uma mudança em sua estrutura, diminuindo a rural de 74,31% para 6,80% e aumentando a urbana de 25,69% para 93,20%.

¹² Observar dados da Tabela 1 referentes à composição relativa da renda interna de Passo Fundo no período de 1939-1990.

Tabela 4 – Evolução demográfica e participação relativa da população urbana e rural de Passo Fundo no período de 1940-1991, em percentuais

Ano	População Urbana		População Rural		Total População	
	Nº Pessoas	Percentual	Nº Pessoas	Percentual	Nº Pessoas	Percentual
1940	20 584	25,69	59 554	74,31	80 138	100,00
1950	31 229	30,65	70 658	69,35	101 887	100,00
1960	49 800	54,01	42 410	45,99	92 210	100,00
1970	70 737	75,37	23 113	24,63	93 850	100,00
1980	105 468	87,05	15 688	12,95	121 156	100,00
1985	116 504	89,95	13 015	10,05	129 519	100,00
1991	137 201	93,20	10 014	6,80	147 215	100,00

Fonte: Montoya, 1993, p. 49.

O processo de desenvolvimento econômico revela, a partir da década de 1980, um empobrecimento geral da população.

Nesse sentido, verificam-se os índices de concentração e pobreza para o município de Passo Fundo nos anos de 1980 e 1991, cujos resultados estão apresentados na Tabela 5. Os dados indicam que houve um aumento de 4,92% no índice de Gini de 1980 para 1991, que passou de 0,5246 para 0,5504. Isso significa que, no decorrer desse período, a distribuição de renda piorou, ou seja, houve um aumento na concentração de renda no município.

Tabela 5 – Índices estimados para o município de Passo Fundo nos anos de 1980 e 1991

Índice	1980	1991
Índice de Gini (G)	0,5246	0,5504
Discrepância Máxima (D)	0,4999	0,4999
Redundância (R)	0,2232	0,2496
Variância dos Logaritmos – V (Z)	0,0143	0,0150
Theil (T)	0,1434	0,1589
Proporção de Pobres (H)	0,3475	0,4905
Razão de Insuficiência de Renda (I)	0,4049	0,3502
Índice de Pobreza de SEN	0,2499	0,3013

Fonte: Dados da pesquisa.

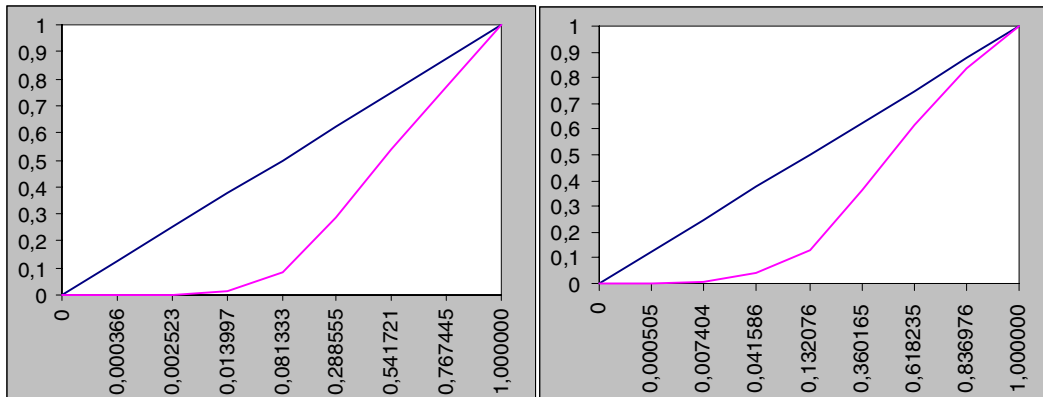


Figura 1 - Curva de Lorenz para Passo Fundo 1980. Figura 2 - Curva de Lorenz para Passo Fundo 1991.

Com relação à discrepância máxima da distribuição, que representa o valor máximo da diferença entre a proporção acumulada da população (p) e a proporção acumulada da renda (F), nota-se que o índice manteve-se em 0,4999 nos dois períodos analisados, indicando, com isso, que a maior concentração esteve entre o quinto (mais de dois a cinco salários mínimos) e o sexto estrato (mais de cinco a dez salários mínimos). Já a redundância, que também verifica em quais extratos houve uma maior concentração de renda, passou de 0,2232 em 1980 para 0,2496 em 1991, o que confirma que a maior concentração ocorreu no quinto e sexto extratos de renda, assim como a discrepância máxima. Isso indica que a renda concentrou-se na faixa da população que recebe os mais altos salários, o que confirma o empobrecimento da população de baixa renda.

A variância dos logaritmos, também utilizada como medida de concentração de renda, teve um aumento de 0,0143 em 1980 para 0,1500 em 1991, o que representa uma variação de 4,9%, semelhante ao índice de Gini. O índice de Theil, que era de 0,1434 em 1980, passou para 0,1589 em 1991, representando um aumento de 10,8%. Indica-se, com isso, que 14,34% das famílias em 1980 e 15,89% em 1991 ficariam sem renda se a renda total fosse igualmente distribuída entre as famílias restantes. Em síntese, fica evidente que todos os índices estimados apresentaram uma mesma tendência; portanto, pode-se afirmar que a concentração de renda, ou má distribuição de renda, foi aumentada.

Com relação à proporção das famílias pobres no município de Passo Fundo, essa era de 34,75% em 1980 e passou para 49,05% em 1991. Isso representa que aumentou

em 41,15% o número de famílias que recebem uma renda inferior ao valor da linha de pobreza, que, neste estudo, foi estimada em dois salários mínimos. Em outras palavras, as famílias empobreceram em Passo Fundo nesse período: no período, a distribuição de renda piorou, a razão de insuficiência de renda diminuiu em 15,62%, ou seja, dada a linha de pobreza de dois salários mínimos definida para esse cálculo, a necessidade de crescimento da renda de um pobre para atingir a linha de pobreza diminuiu.

Por sua vez, o índice de pobreza de SEN apresentou semelhança ao comportamento do índice de Gini, ou seja, passou de 24,99% em 1980 para 30,13% em 1991. Nota-se, com isso, que esse índice é mais sensível para captar a intensidade da pobreza de cada indivíduo, já que capta a extensão da pobreza (número de pobres) e a intensidade da pobreza. As Figuras 3 e 4 permitem visualizar melhor a distribuição de renda no município no período de 1980-1991.

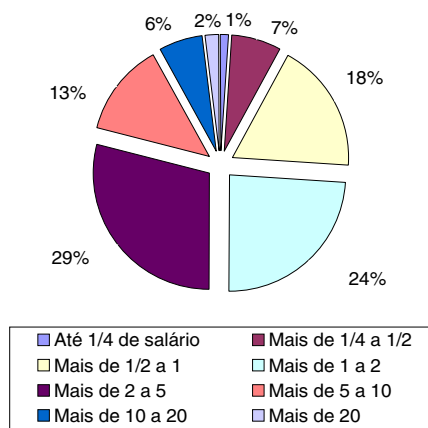
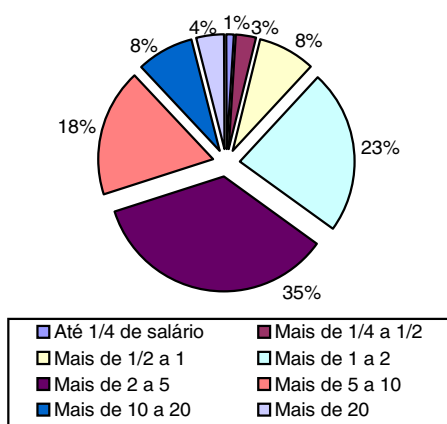


Figura 3 - Distribuição de renda em Passo Fundo em 1980. Figura 4 - Distribuição de renda em Passo Fundo em 1991.

Com isso, fica claro que aumentou a concentração da renda no município, pois diminuiu o número de famílias que ganham mais de dois a mais de vinte salários mínimos, aumentando o número daquelas que vivem abaixo da linha de pobreza (até dois salários mínimos). O aumento mais significativo das famílias que se enquadram na linha de pobreza está representado no segundo (mais de um quarto a meio salário) e terceiro estratos (mais de meio a um salário), que tiveram um aumento de 133% e 125%, respectivamente, de 1980 para 1991. Pode-se perceber claramente a concentra-

ção que houve no quinto e sexto estratos de um período para outro, o que confirma os índices apresentados.

Tais resultados podem ser justificados pela mudança que o município sofreu em sua economia nesse período. A partir de 1980, o setor industrial de Passo Fundo apresentou uma tendência marcada pelo decréscimo na participação relativa de renda do município. O fato, associado às características de indústrias pequenas e médias predominantes, que são geradoras de maior número de empregos, certamente tendeu a afetar a distribuição de renda.

A literatura mostra que as indústrias que mais geram empregos diretos e indiretos no Rio Grande do Sul são as pequenas e médias empresas. Obviamente, se a participação relativa dessas indústrias diminuiu, tem-se um indicador de que a distribuição de renda foi afetada. Contudo, observa-se também, desde 1980, uma tendência ascendente do setor varejista na participação relativa da renda do município que, de uma ou de outra maneira, gera empregos.¹³ Porém, os índices de distribuição e concentração de renda sugerem que os novos empregos não tiveram efeitos desconcentradores de renda já que, em geral, todos os índices apontam uma tendência clara na década de 1980 para uma má distribuição de renda.

No período de 1930 a 1980, esteve em vigor no Brasil o processo de substituição de importações. Um dos instrumentos fundamentais que impulsionaram o desenvolvimento agrícola e a modernização do campo foi elencado pelo crédito rural e subsídios. Contudo, na década de 1980, esse instrumental foi retirado quase em sua totalidade, de modo que o setor agrícola foi afetado.

Tabela 6 – Índices estimados para a Região da Produção, Rio Grande do Sul e Brasil nos anos de 1980 e 1991

Índice	Região da Produção		Rio Grande do Sul		Brasil	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Índice de Gini (G)	0,5410	0,5624	0,5212	0,5649	0,5557	0,5912
Discrepância Máxima (D)	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000
Redundância (R)	0,2420	0,2672	0,2213	0,2677	0,2520	0,2957
Variância dos Log – V (Z)	0,0050	0,0064	0,0003	0,0003	0,00003	0,00003
Theil (T)	0,1544	0,1690	0,1422	0,1693	0,1603	0,1853
Proporção de Pobres (H)	0,4401	0,5837	0,3550	0,5484	0,4336	0,5813
Raz. de Insuf. de Renda (I)	0,3701	0,3331	0,3868	0,3389	0,3631	0,3236
Índice de Pobreza de SEN	0,2830	0,3348	0,2423	0,3213	0,2745	0,3183

Fonte: Dados da pesquisa.

¹³ Ver MONTROYA (1993).

A economia da região também se inseriu no contexto estadual e nacional com relação às mudanças ocorridas em seus setores produtivos, assim como ocorreu no município de Passo Fundo. Dessa forma, os mesmos índices estimados para Passo Fundo foram estimados também para a Região da Produção, Rio Grande do Sul e Brasil a fim de se verificar se a realidade do município de Passo Fundo também podia ser verificada em nível de região, estado e país.

Os resultados apresentados para a Região da Produção, Rio Grande do Sul e Brasil tiveram um comportamento semelhante aos de Passo Fundo, o que comprova que o município inseriu-se no quadro de concentração de renda e pobreza registrado em nível estadual e nacional. O índice de Gini comprovou o aumento na concentração de renda nos três locais, sendo que, na Região da Produção, aumentou de 0,5410 para 0,5624; no Rio Grande do Sul, de 0,5212 para 0,5649 e, no Brasil, de 0,5557 para 0,5912 de 1980 para 1991. A curva de Lorenz possibilita visualizar esses aumentos (Figuras 5, 6, 7, 8, 9 e 10).

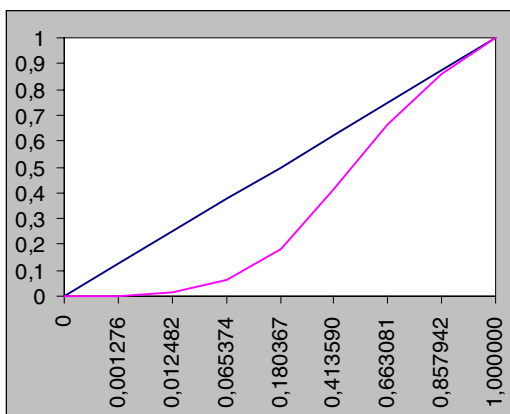
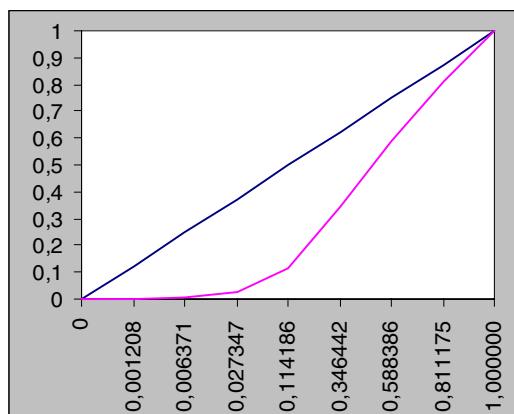


Figura 5 - Curva de Lorenz Região da Produção 1980.

Figura 6 - Curva de Lorenz Região da Produção 1991.

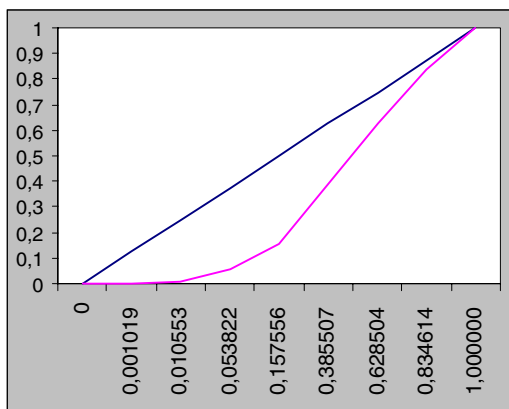
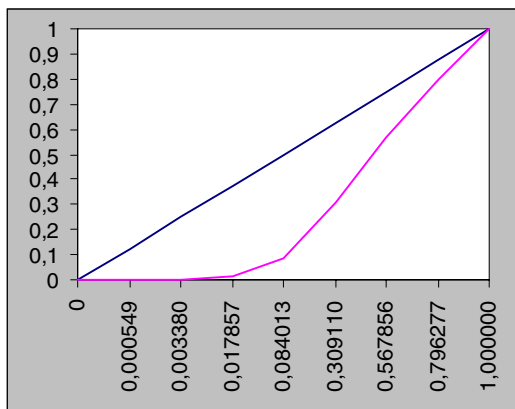


Figura 7 - Curva de Lorenz Rio Grande do Sul 1980. Figura 8 - Curva de Lorenz Rio Grande do Sul 1991.

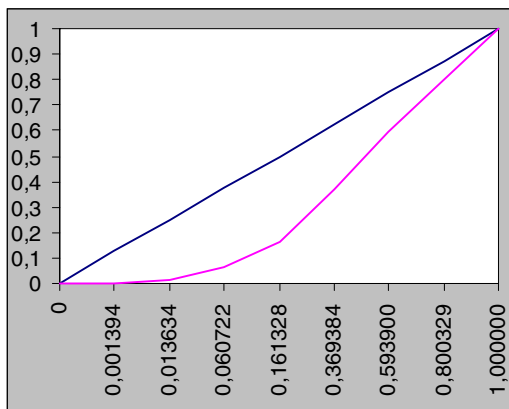
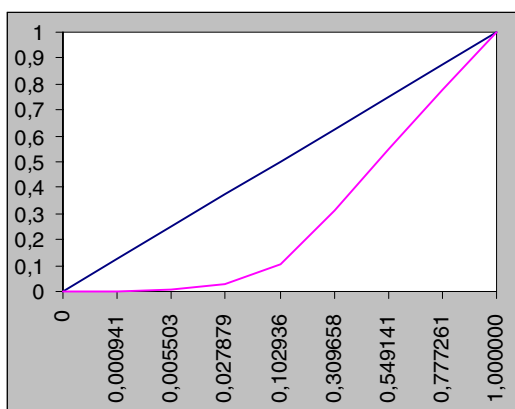


Figura 9 - Curva de Lorenz Brasil 1980.

Figura 10 - Curva de Lorenz Brasil 1991.

A discrepância máxima manteve-se em 0,5000 nos três locais nesse período e a redundância passou de 0,2420 para 0,2672 na Região da Produção; de 0,2213 para 0,2677 no Rio Grande do Sul e de 0,2520 para 0,2957 no Brasil no período de 1980 para 1991. Esses dois índices indicam que a maior concentração de renda no período esteve no quinto estrato de renda, ou seja, entre as famílias que recebem mais de cinco a dez salários mínimos. Isso significa que a concentração aconteceu em um dos estratos de mais alta renda.

A variância dos logaritmos, que também mede a concentração, passou de 0,0050 em 1980 para 0,0064 em 1991 na Região da Produção, o que representa um aumento de 28%. No Rio Grande do Sul e no Brasil, a variância dos logaritmos não apresentou variação significativa de um período para outro. Com relação ao índice de Theil, também se observou um aumento de 1980 para 1991: de 9,45% na Região da Produção; 19,06% no Rio Grande do Sul e 15,60% no Brasil, que representa o percentual das famílias que ficariam sem renda caso a renda total fosse distribuída igualmente entre as famílias restantes.

Incrementou-se a proporção de famílias que recebem renda inferior ao valor da linha de pobreza (estimada em dois salários mínimos neste estudo) no período de 1980 a 1991. A razão de insuficiência de renda diminuiu 12% na Região da Produção, 14,13% no Rio Grande do Sul e 12,20% no Brasil de 1980 para 1991, o que significa que diminuiu a necessidade de crescimento da renda das famílias pobres para atingir a linha de pobreza.

O índice de pobreza de SEN comportou-se de maneira semelhante à dos demais índices, tendo-se verificado um aumento de 18,30% na Região da Produção, 32,60% no Rio Grande do Sul e 15,96% no Brasil. As Figuras 5, 6, 7, 8, 9 e 10 representam a distribuição de renda na Região da Produção, Rio Grande do Sul e Brasil nos anos de 1980 e 1991.

Por último, cabe salientar que os índices estimados para o Brasil, Rio Grande do Sul, Região da Produção e Passo Fundo apresentam a mesma tendência das dominâncias de primeira e segunda ordem, já que estas últimas indicam decréscimo no bem-estar social. A respeito, também indica essa sucessão de índices a consistência dos dados estimados na região.

De 1980 até 1991, a distribuição de renda nos estratos comportou-se de forma semelhante à do município de Passo Fundo, ocorrendo uma maior concentração no sexto estrato, ou seja, na quantidade de famílias que ganham mais de cinco a dez salários mínimos, assim como foi verificado na redundância e discrepância máxima.

Com relação às famílias com menor renda, destacou-se o estrato que representa mais de meio a um salário mínimo, ou seja, aumentou no período de 1980 para 1991 o número de famílias que ganham uma renda inferior ao valor estimado como *linha de pobreza*.

CONCLUSÕES

Ao se avaliar a distribuição de renda do município de Passo Fundo no período de 1980 a 1991, verificou-se claramente, através de vários critérios de medidas de desigualdade e pobreza, que, na década de 1980, piorou o bem-estar social da grande maioria da população, ou seja, aprofundaram-se as desigualdades na distribuição de renda.

O fato de o setor industrial de Passo Fundo ter apresentado um decréscimo na participação relativa de renda no município a partir de 1980 acabou por afetar a distribuição de renda no município. O baixo ritmo de crescimento da produção agravou os problemas sociais, aumentando as desigualdades e a concentração de renda.

Esse fato não é uma particularidade de Passo Fundo, mas de toda a região que o circunda, já que esses municípios que fazem parte da Região da Produção, quando calculados os índices de pobreza e concentração, apresentam, em geral, as mesmas tendências de Passo Fundo.

Quando tais resultados são comparados com os do Rio Grande do Sul e Brasil, novamente apresenta-se a mesma tendência. Portanto, esses indicadores levam a concluir que Passo Fundo está inserido no processo da má distribuição de renda e aumento da pobreza da Região da Produção, do Rio Grande do Sul e do Brasil, de modo que os efeitos benéficos e os efeitos adversos, em nível regional, estadual e nacional, como os observados na mudança estrutural da produção, automaticamente são sentidos no município.

Nesse contexto, ao se avaliar a distribuição de renda, deve-se lembrar que os cálculos de Barros e Mendonça e de Hoffmann, apresentam as mesmas tendências, o que, por sua vez, confirma a consistência dos índices estimados.

As implicações desses resultados permitem afirmar, por outro lado, que qualquer política de distribuição de renda no município, necessariamente, deverá estar sintonizada com as políticas estaduais e nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUMENTA a pobreza na América Latina. *Zero Hora*, Caderno de Economia Internacional, out. 1998, .

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane S. P. de. A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960. SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, INVESTIMENTO, MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. BNDES. Departamento de Relações Institucionais, 1993.

- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 11. ed. Ijuí: 1991.
- FIBGE. CENSO DEMOGRÁFICO FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, v. 1, tomo 6, n. 1, Brasil. Fibge, RJ, 1983.
- _____. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, v. 1, tomo 6, n. 22, Rio Grande do Sul. Fibge, RJ, 1983.
- FIBGE. CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, n. 1, Brasil. Fibge, RJ, 1991.
- _____. Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, n. 24, Rio Grande do Sul. Fibge, RJ, 1991.
- CORRÊA, Angela Maria Cavassia Jorge. *Distribuição de rendimentos e pobreza na agricultura brasileira: 1981-1990*. Piracicaba, 1995.
- FERREIRA, Afonso H.B. *Evolução recente das rendas per capita estaduais no Brasil: o que a nova evidência mostra*. Cedeplar n. 102. Belo Horizonte, 1996 (Texto para Discussão).
- GERSTENFELD, Pascual. A América Latina urbanizou a sua pobreza. *Gazeta Mercantil*, 9 dez. 1996.
- GOMES, Gustavo Maia. Mais desigualdade entre os estados? *Folha de São Paulo*, 28 jul. 1996.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Estatística para economistas*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- _____. Desigualdade entre estados na distribuição da renda no Brasil. *Revista Economia Aplicada*. v. 1, n. 2, Fipe/FEA – USP, abr./jun. 1997.
- IBRE, Carta do. Pobreza no Brasil: causas e soluções. *Conjuntura Econômica*. FGV, RJ, p. 3 e 4, set. 1994.
- LIMA, Rubens S. de; ALMEIDA, Pedro Fernando. *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. FEE, Porto Alegre, tomo 1, p. 9-12, 1990.
- MONTOYA, Marco Antonio. Aspectos setoriais do desenvolvimento da Região da Produção gaúcha tchê: 1939-88. *Revista Teoria e Evidência Econômica*. n. 1, p. 7-25. Passo Fundo: gráfica. UPF, mar. 1993.
- _____. O futuro econômico-social de Passo Fundo: uma preocupação do presente. *Revista Teoria e Evidência Econômica*. n. 1, p. 43-59. Passo Fundo: gráfica. UPF, mar. 1993.
- MORETTO, Cleide Fátima; MATTOS, Marília. *Condepro – Estatísticas Socioeconômicas*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- CEA. O comportamento dos Preços da Cesta de Produtos Básicos em Passo Fundo no mês de Outubro. *Custo da Cesta de Produtos Básicos de Consumo Popular em Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica. UPF, ano 5, n. 51, nov. de 1998.

- FEE. *O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto*. Porto Alegre, Tomo 1, p. 29-63, 1990.
- ROMÃO, Maurício E.C. Considerações sobre o conceito de pobreza. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, p. 355-370, out./dez. 1982.
- ROSSI, José. *Índice de desigualdade de renda e medidas de concentração industrial: uma aplicação no caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Zonar, 1982.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- TEIXEIRA, Ib. Anos 80: pobres ainda mais pobres. *Conjuntura Econômica*, FGV, RJ, p. 46 e 47, abr. 1993.

SYNOPSIS

THE DISTRIBUTION OF INCOME AND THE POVERTY IN THE CITY OF PASSO FUNDO (RS), WITHIN THE PERIOD OF 1980 TO 1991

The article has as objective to evaluate the distribution of income and the poverty in the city of Passo Fundo (RS), within the period of 1980 to 1991. For that, it was used inequality measures such as the curve of Lorenz, the index of Gini, the maximum discrepancy, the redundancy, the variance of the logarithms and the index of Theil, as well as poverty measures, such as the poor proportion, the inadequacy of income and the index of poverty of Sen. It was verified that the distribution of income and poverty in the period of the analyses had become worse in the city. This, compared with the indexes of inequality and poverty that presents the area of the production (RS), the State of Rio Grande do Sul and Brazil, allows to conclude that the city of Passo Fundo interfered in the impoverishment process and concentration of income that Brazil presents.

SINOPSIS

LA DISTRIBUCIÓN DEL INGRESO Y LA POBREZA EN EL MUNICIPIO DE PASSO FUNDO EN EL PERIODO DE 1980 - 1991

El artículo tiene como objetivo evaluar la distribución del ingreso y la pobreza en el municipio de Passo Fundo (RS), en el periodo de 1980 a 1991. Para esto se usó medidas de desigualdad tales como la curva de Lorenz, el índice de Gini, la discrepancia máxima, la redundancia, la variancia de los logaritmos y el índice de Theil. Así como medidas de pobreza, tales como la proporción de pobres, la insuficiencia de ingreso y el índice de pobreza de Sen. Se confirmó que la distribución del ingreso y la pobreza en el periodo de análisis empeoró en el municipio. Esto comparado con los índices de desigualdad y pobreza que se presentan en la región de la producción (RS), el estado de Rio Grande do Sul y el Brasil, permitiendo concluir que el municipio de Passo Fundo se insertó en el proceso de empobrecimiento y concentración del ingreso que presenta el Brasil.